



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1058, DE 2021

CD/21554.63446-00

Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

EMENDA N° _____

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. ... Na implementação do sistema simplificado de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais de que trata o art. 16 da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e na regulamentação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), enquanto permanecer a sua utilização para os mesmos fins, será assegurada a participação da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência no respectivo Comitê Gestor, ou órgão que venha a substitui-lo.”

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, como instrumento de facilitação do cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias pelas empresas e pelos empregadores domésticos, foi um avanço significativo.

Contudo, a Lei 13.874, de 2018, determinou a sua extinção, e substituição por um novo “sistema simplificado de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais”, que, até o momento, não foi implementado.

Com a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência, é fundamental que seja assegurado ao órgão responsável pela inspeção do Trabalho, a participação efetiva no órgão de governança do E-social, enquanto permanecer sendo usado, ou do futuro sistema simplificado que vier a ser criado.

Atualmente, a Portaria nº 300, de 13 de julho de 2019, do Ministro da Economia, dispõe sobre essa instância de governança, o Comitê Gestor do E-social, que tem em sua composição a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; e o Instituto Nacional do Seguro Social.

Para que não pairem dúvidas sobre a participação da Secretaria responsável pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

inspeção do trabalho nessa coordenação, a presente emenda sugere a inclusão de novo artigo na Medida Provisória, o que irá favorecer tanto a regulação de obrigações trabalhistas quanto a sua fiscalização, sob a perspectiva dos direitos dos trabalhadores.

Sala da Comissão, *03 de agosto de 2021.*

FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS

CD/2/1554.63446-00